

## **Gestão Paulo Souto / César Borges (1995-1998)**

**Jan Balanco**

Em 1995 Paulo Ganem Souto chega ao poder do estado após ser eleito com 58,64% do total de votos válidos no segundo turno das eleições de 1994, derrotando o candidato do PDT João Durval Carneiro (TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL). Paulo Souto era candidato do PFL na coligação liderada por Antônio Carlos Magalhães, que naquele momento deixava o governo estadual para concorrer a uma cadeira no senado federal, que foi conquistada com sucesso, juntamente com Waldeck Ornelas, candidato de sua coligação que também pleiteava uma das duas vagas de senador colocadas em disputa naquela eleição.

Então com 52 anos, natural do município baiano de Caetité, o geólogo Paulo Souto já havia acumulados diversos cargos como um técnico vinculado a ACM. Foi coordenador de produção mineral da Secretaria de Minas e Energia do Estado da Bahia (1975), presidente dos conselhos de administração da Companhia Baiana de Pesquisa Mineral, Coelba, e Caraíba Metais (1979-1987), secretário de Minas e Energia (1979-1982), e superintendente da Sudene (1987-1990). Durante o período 1991-1994 acumulou os cargos de vice-governador e secretário de Indústria, Comércio e Turismo do Estado da Bahia no governo de ACM.

Antes do término do seu mandato de governador, Paulo Souto deixa o cargo para se candidatar a uma vaga no senado nas eleições de 1998, quando foi eleito com um total de 73,24% dos votos válidos (AGECOM), o que corresponde a mais de 2,5 milhões de votos. Assume o governo em três de abril de 1998 o seu vice, César Augusto Rabello Borges, deixando vaga a posição de vice-governador até o fim da gestão. Nesta mesma eleição, César Borges é reeleito governador com 69,9% dos votos válidos, derrotando o candidato do PT Zezéu Ribeiro, e mais uma vez João Durval Carneiro do PDT. Apesar de seu mandato de senador ser válido para o período 1999-2007, em 2002 Paulo Souto se retira do senado para concorrer a governador. É novamente eleito, dessa vez já no primeiro turno com 53,69% dos votos válidos.

Com os dados apresentados, observa-se a clara continuidade do grupo carlista no controle do governo do estado. Paulo Souto era vice-governador na gestão anterior à sua em 1995, fato que se repetiu com César Borges em 1998 - que inclusive já exercia a função de

governador quando foi eleito -, e em 2002 Paulo Souto é novamente eleito. Desde 15 de março de 1991, quando ACM assumiu o governo estadual pela terceira vez na história da Bahia, até o ano corrente, já se somam 14 anos da mesma política. Essa continuidade é admitida nos próprios relatórios de governo e nas mensagens dos governadores, que não poupam elogios aos seus correligionários, chegando a se tornarem repetitivos e deixando transparecer não apenas fidelidade à ACM, mas também submissão:

Recebi a administração pública estadual racionalmente estruturada. (...) Desse modo, Senhor Presidente, foi-nos possível dar seqüência à destacada administração do eminente senador Antônio Carlos Magalhães, competentemente concluída pelo Governador Antônio Imbassahy, assegurando-se, assim, a continuidade na implementação de vitoriosas diretrizes, programas e projetos, voltados para o progresso e bem-estar de nosso povo. (BAHIA, 1996a, p. II).

De fato e graças ao descortino de Antônio Carlos Magalhães em sua operosa gestão governamental, a Bahia se antecipou, desde 1991, na realização dos ajustes requeridos pela nova realidade, adotando, com coragem, as medidas que deveria adotar, e o fez no tempo certo. (BAHIA, 1997a, p. II).

É justo e também oportuno destacar que tive a felicidade de suceder ao Governador Antônio Carlos Magalhães, hoje Presidente do Congresso Nacional, que realizou, no período 1991-1994, um vigoroso programa de reordenamento da estrutura administrativa do Estado, de saneamento das suas finanças e de expressivos investimentos na área social. (BAHIA, 1998a, p. 5).

Esse cenário é reforçado com a vitória de Antônio Imbassahy do PFL, nas eleições para prefeito de Salvador em 1996, a primeira vitória do grupo político de ACM na prefeitura da capital desde a redemocratização. Salvador era tida como um tradicional reduto de oposição à política de ACM, e essa conquista marcava a consolidação do seu poder no estado. Em 2000 Imbassahy é reeleito, mais uma vez em primeiro turno. Antes de Imbassahy, era comum o embate entre Governo Estadual e Prefeitura, quadro que muda claramente após 1996, como bem resumiu Fernandes:

O Prefeito Antônio Imbassahy do PFL ligado ao grupo político de ACM, foi eleito em 1996 e reeleito em 2000. Sua gestão tem como características principais a “tutela” do governo estadual e uma gestão municipal fechada. No que se refere à tutela do estado, só como exemplo, no primeiro ano de sua primeira gestão em 1997 verifica-se o aumento de 70,8% da receita de transferências da Prefeitura. As transferências, que em 1996 registravam o montante de R\$ 196 milhões, em 1997 chegam a R\$ 276 milhões. Este aumento da receita de transferências da Prefeitura é um forte indício de que muito provavelmente o Governo Estadual teve participação ativa no aumento destas transferências. Além do auxílio financeiro do Governo do Estado à administração municipal, a partir de 1997 a Prefeitura de Salvador passou a participar da manutenção do Centro Histórico Pelourinho junto com a CONDER, realizando os serviços de limpeza urbana e demais serviços que podia desenvolver, algo que não ocorria na gestão de Lídice da Mata. Não só o Pelourinho, mas as obras de recuperação urbana, desenvolvidas pela CONDER, passaram a ter a Prefeitura como “parceira”, a exemplo da revitalização e recuperação do Dique do Tororó. O que acontece na gestão de Imbassahy é a subordinação da Prefeitura ao Governo do Estado, ou seja, só tem condições de governar a cidade de Salvador o Prefeito que for excessivamente “afinado” com o Governo estadual, caso contrário terá o destino de Lídice da Mata. Imbassahy, portanto, vem manter este padrão político na cidade, que teve uma tentativa de ruptura com Lídice da Mata (1993-1996). (FERNANDES, 2004, p. 28 e 29).

Na gestão de Lídice da Mata, predecessora de Imbassahy, o Governo estadual atuava na capital sem diálogo com a Prefeitura, tentando concorrer com esta de modo a sugerir um discurso de que a Prefeitura não exercia satisfatoriamente as suas funções e cabia ao Governo do estado suprir essa deficiência administrativa. Enfraquecida a Prefeitura, ACM ganhou espaço para levar Imbassahy à vitória nas urnas, e conquistar esse estratégico ponto no mapa do poder estadual.

## **Contexto Nacional**

Paulo Souto encontra um cenário econômico favorável no país, com a crescente inflação dos anos anteriores finalmente domada pelo Plano Real. O Real completaria seu primeiro aniversário em julho de 1995, registrando naquele momento um índice de inflação de 2% ao mês, muito inferior ao mês de junho de 1994, em que a inflação era calculada em 50% ao mês (MINISTÉRIO DA FAZENDA).

Para o mandato 1995-1998 da Presidência da República fora eleito o sociólogo Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, Ministro da Fazenda durante o governo Itamar Franco e considerado mentor do Plano Real. FHC deu prosseguimento à reforma administrativa e às privatizações, características do modelo neoliberal que começou a ser implantada anos antes, ainda no governo do presidente Fernando Collor de Mello. Nesse aspecto o governador Paulo Souto seguiu a tendência do Governo Federal, dando prosseguimento ao reordenamento da máquina administrativa e ao programa de privatizações iniciados no governo de Antônio Carlos Magalhães.

No âmbito da cultura, Fernando Henrique manteve a tendência do seu governo de enfraquecer o Estado e dar maior poder ao mercado, terceirizando as decisões políticas, por assim dizer. Se na área econômico-administrativa houveram as privatizações, na área cultural tivemos as leis de incentivo fiscal. Os destaques da gestão do seu ministro da cultura, Francisco Weffort, foram justamente a Lei do Audiovisual e a Lei Rouanet, leis de incentivo fiscal reformadas no governo FHC e que transferem para a iniciativa privada o poder de decisão sobre o dinheiro público através do mecanismo de renúncia fiscal a empresas patrocinadoras de cultura. O governo Paulo Souto também seguiu essa tendência, aprovando

em 1996 a primeira lei estadual de incentivo à cultura no país, o FazCultura, como veremos no tópico seguinte.

### **A cultura como fator econômico**

Durante o período 1995-1998, e poderíamos afirmar que em toda atual gestão carlista, a cultura, antes de ser pensada como um fator de melhoria e transformação social, é sempre colocada como um fator primordialmente econômico para o fortalecimento do turismo.

Numa clara demonstração da prioridade conferida ao turismo como alavanca para o desenvolvimento econômico na Bahia, o Governo atual criou a Secretaria de Cultura e Turismo, estabelecendo uma ferramenta institucional para o processo de expansão do setor, ao tempo em que lhe agregava a dimensão cultural. (BAHIA, 1997c, p. 199).

Iniciativas como reformas de teatros, e até mesmo a reconstrução do Centro Histórico de Salvador, são classificadas pelo governo como ações “direcionadas especificamente para o entretenimento” e encaradas como uma maneira de agregar valor ao produto Bahia. O Estado assumia um perfil cada vez mais gerencial.

E se o Estado aproximava o seu modo de administrar ao da iniciativa privada, também aproximava diretamente a iniciativa privada de si através da criação da lei estadual de incentivo à cultura, o FazCultura. O relatório de 1995 apontava já estar em andamento as articulações e contatos necessários para a criação da lei. Um ano depois o governador sancionava a Lei nº 7.015/96 de dezembro de 1996 criando oficialmente o Programa Estadual de Incentivo à Cultura – FazCultura, que é mais um caso de lei para incentivar patrocinadores culturais através de um mecanismo de renúncia fiscal, sem maiores diferenças em relação às suas semelhantes. Vieira resume bem o panorama do FazCultura na introdução de sua dissertação sobre o mesmo:

Esse mecanismo de financiamento à produção cultural acaba por revelar, em última instância, um sintoma que se manifesta em escala global: a desregulamentação das funções do Estado e a tensão instaurada a partir da redistribuição de poder entre a esfera governamental e a iniciativa privada no engendramento da produção das atividades artístico-culturais. Um fenômeno que ganha evidência a partir da lógica que orienta o sistema de financiamento da cultura, através das leis de incentivo fiscal. Ainda que a parte majoritária dos recursos (cerca de 80%, quando não, 100%) seja oriunda dos cofres públicos, através de renúncia fiscal e de acordo com as regras em vigor, a decisão final sobre a aplicação da verba, ou seja, sobre a escolha dos projetos a serem patrocinados recai sob a responsabilidade do setor empresarial, denotando assim, o remanejamento do equilíbrio na balança de poder entre os agentes (Estados e iniciativa privada). (VIEIRA, 2004, p. 15).

## **Criação da Secretaria de Cultura e Turismo**

A gestão do governador Paulo Souto foi responsável por importantes mudanças estruturais na organização da política cultural do Estado. Já na terceira semana de governo, é criada através da Lei nº 6.812 de 18 de janeiro de 2005 a Secretaria de Cultura e Turismo (SCT), que numa ação inédita no país une as pastas de Cultura e Turismo, antes localizadas respectivamente na Secretaria de Educação e Cultura e na Secretaria de Indústria e Comércio:

Fica criada a Secretaria da Cultura e Turismo, com a finalidade de executar a política governamental destinada a apoiar a cultura, preservar a memória e o patrimônio cultural do Estado e promover o desenvolvimento do turismo e do lazer. (BAHIA, 1995).

Nesse momento são desvinculados da Secretaria de Educação e Cultura (que se torna Secretaria de Educação), passando a integrar a estrutura da recém criada SCT, o Conselho Estadual de Cultura (CEC), como um órgão colegiado; o Arquivo Público do Estado da Bahia (APEB), como um órgão especial de administração direta; o Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural (IPAC), a Fundação Cultural do Estado da Bahia (FUNCEB), e a Fundação Pedro Calmon (FPC) – Centro de Memória da Bahia como entidades da administração indireta. Além desses, a BAHIATURSA também passa a integrar o quadro da SCT, como uma entidade da administração indireta.

Esta foi uma transformação que já devia estar sendo planejada há certo tempo, uma vez que essa gestão é uma continuidade da anterior, a gestão do governador Antonio Carlos Magalhães. Caso similar aconteceu no penúltimo dia de governo, quando é estabelecida outra importante mudança na estrutura administrativa estadual, claramente preparando as estruturas para abrigar o governo seguinte, capitaneado por César Borges:

A Lei nº 7.435, de 30 de dezembro de 1998 introduziu modificações na estrutura organizacional da Administração Pública Estadual, criando as Diretorias Gerais nas Secretarias de Estado e na Procuradoria Geral de Estado para coordenar os órgãos setoriais e seccionais dos Sistemas formalmente instituídos, denominados Diretoria de Orçamento Público, Diretoria Administrativa, Diretoria de Finanças e Coordenação de Modernização. Nesta mesma Lei foram criadas as Superintendências, suas Diretorias e Coordenações, com o objetivo de executar o controle das atividades finalísticas das Secretarias. (SAEB).

Do momento da criação da SCT, até os dias atuais, o seu secretário é Paulo Renato Dantas Gaudenzi, nascido em 1945, formado em Economia e História, trabalha com turismo desde 1973, quando assumiu a Coordenação de Fomento e Turismo na Secretaria de Indústria e Comércio, no primeiro governo de Antônio Carlos Magalhães. Foi responsável pela

presidência da BAHIATURSA em três administrações (1979-1983; 1983-1987; 1991-1994) e Secretário da Indústria, Comércio e Turismo. Há 10 anos como Secretário de Cultura e Turismo da Bahia, a figura de Paulo Gaudenzi já se confunde com a política cultural do Estado. E, claramente um homem do turismo, vimos anteriormente que a sua formação profissional influencia decisivamente num privilégio do turismo em sua administração.

### **Produção, Difusão e Fomento**

Em sua grande maioria, as ações de política cultural na Bahia no período 1995-1998 partiram da Secretaria de Cultura e Turismo, ou de algum de seus órgãos, como o IPAC, o APEB, e naturalmente a FUNCEB, que segundo o Relatório de Atividades de 1996, é o órgão da SCT responsável pelo planejamento, execução e acompanhamento das ações culturais do Estado (BAHIA, 1997a, p. 155). As exceções se dão em algumas ações da Secretaria de Educação, especialmente através das universidades estaduais (UNEB, UEFS, UESC e UESB), e do IRDEB (Instituto de Radiodifusão Educativa da Bahia), que continuou ligado à secretaria de Educação após a criação da SCT, só vindo a ser incorporado a esta anos mais tarde. Constitui-se da TV Educativa (TVE), Rádio Educadora FM/OC, Centro de Material Impresso, Videoteca, Biblioteca e Espaço Cultural IRDEB. Com exceção do Centro de Material Impresso e da Biblioteca, todos os outros espaços do IRDEB passaram por reformas, melhorias ou ampliações. Nesse período a TVE desempenhou um papel de difusor da cultura regional, produzindo programas especiais sobre manifestações culturais e aspectos naturais da Bahia. Também exibiu muitos vídeos musicais resultantes de shows gravados em projetos de realização da SCT, Teatro Castro Alves, UFBA, etc. Outra exceção foi a inauguração do Cinema do Museu, realização da Secretária de Indústria, Comércio e Mineração no Museu Geológico da Bahia para substituir a Sala Walter da Silveira quando esta foi fechada em 1996 como parte do plano de reformas da Biblioteca Pública do Estado. Fora da esfera do governo estadual, podem ser registradas como formuladoras a UFBA, o MinC, algumas empresas (a exemplo de Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e Petrobrás), e a atuação quase nula das prefeituras, tanto na capital como no interior.

Os relatórios governamentais da época apresentam – nem sempre de forma clara e às vezes com informações conflitantes – uma extensa lista de ações da SCT. O governador Paulo Souto é tido como um político que governa para o interior, e é comum numa viagem

pelas estradas da Bahia se ver muitas placas sinalizando obras do Governo Estadual, mas a cultura no interior não usufruiu muito dessa suposta concentração de esforços. No interior, poucos projetos foram desenvolvidos, mas alguns foram felizes e de larga abrangência, apesar da falta de constância. De julho a novembro de 1995 aconteceu a segunda fase dos *Salões Regionais de Artes Plásticas*, abrangendo do VIII ao XIV Salão. O projeto, realizado pela extinta Diretoria de Equipamentos e Ações Regionais (DECAR) da FUNCEB, teve início em 1992 e acontece em parceria com os sete Centros de Cultura do interior baiano e as prefeituras das cidades onde se localizam. Como uma bienal, reúne um impressionante número de artistas e obras a cada edição, numa média superior a 100 artistas por cidade - provenientes de regiões próximas ao município sede de cada Salão -, e um total de 790 trabalhos inscritos nessa segunda fase. Uma comissão julgadora que varia a cada cidade seleciona três artistas para serem premiados em dinheiro com aquisição das obras vencedoras pela FUNCEB, além de um Destaque Especial do Júri, um prêmio de Menção Honrosa, e prêmios extras que podem ser concedidos pelas prefeituras ou empresas privadas. Outro projeto de circulação ampla, o *Chapéu de Palha* foi criado em 1983 e consiste na realização de cursos e oficinas de teatro objetivando a “valorização da cultura local, possibilitando o crescimento e o desenvolvimento do indivíduo, elevando a sua auto-estima através do levantamento de informações a respeito de sua história e resgate de sua herança cultural” (FUNCEB, [199?]). Os inscritos podem ser artistas ou não, e ao final de cada oficina apresentam um espetáculo baseado na pesquisa que fazem sobre a cultura local. O projeto serve como estímulo para os artistas já existentes em cada localidade e forma possíveis novos artistas, e costuma mobilizar também a parte da população não inscrita diretamente no projeto, mas que acompanha os seus conterrâneos a se desenvolver e posteriormente estrear um espetáculo. Em 1995 o *Chapéu de Palha* realizou 37 oficinas em 29 municípios diferentes, com a participação de 2600 pessoas. Infelizmente esse número caiu para quatro oficinas em 1996, e nos anos de 1997 e 1998 os relatórios de governo não citam a realização do projeto. Uma terceira ação de destaque no interior do estado foi a implantação de novos arquivos públicos e reforma dos já existentes, buscando descentralizar a administração do APEB.

Os destaques da atuação da SCT no interior do estado se resumem às três iniciativas descritas no parágrafo anterior. Além dessas, a Secretaria investiu em melhorias nos Centros Culturais de Feira de Santana e Itabuna em 1995, e em reformas em parceria no Cine-Teatro Municipal de Belmonte, e no Teatro Municipal de Piritiba, também no mesmo ano. À época, eram sete os equipamentos classificados como Centro de Cultura pela SCT,

todos abrigados na FUNCEB e localizados nos seguintes municípios: Alagoinhas, Feira de Santana, Itabuna, Juazeiro, Porto Seguro, Valença e Vitória da Conquista. Cada Centro de Cultura pontua uma região com diversos municípios vinculados, em números que variam de 24 (Porto Seguro) a 71 (Feira de Santana) municípios, como lista o projeto da terceira fase dos *Salões Regionais de Artes Plásticas* (FUNCEB). Outros municípios – inclusive municípios listados na relação de regiões dos Centros de Cultura maiores - também possuem seus Centros ou Casas de Cultura, de tamanho e importância menor. Numa generalização com poucas chances de erro, pode-se afirmar que os Centros de Cultura do interior da Bahia foram subutilizados, e subestimados pela administração do Governador Paulo Souto. Tais espaços, independente de tamanho e infra-estrutura, têm potencial para serem o centro da vida cultural de suas cidades, mas permaneceram abandonados durante essa gestão, a não ser por poucas exceções de ações culturais esparsas e descontinuadas.

Na região metropolitana existe um Centro de Cultura, em Lauro de Freitas, e na capital outros equipamentos de médio porte podem ser alocados nesse grupo: Cine-Teatro Solar Boa Vista de Brotas, Teatro Miguel Santana, Centro de Cultura do ICEIA, e Espaço Cultural Alagados. Dentre os citados, apenas o Teatro Miguel Santana registrou reformas ou melhorias no período, no ano de 1995. Esses espaços também foram pouco utilizados, se destacando o projeto Viver com Arte, da FUNCEB, que busca dinamizar alguns desses espaços. Em 1995 ocorreu sua quarta edição, com 19 oficinas de música, teatro, e dança sediadas no Espaço Cultural Alagados, Cine-Teatro Solar Boa Vista, Biblioteca Infantil Monteiro Lobato (pertencente à Secretaria de Educação), SESI Itapagipe e Retiro (pertencentes à iniciativa privada).

Alguns programas foram criados, como a *Série TCA Grandes Concertos*, o *Expresso 2001* e o *Cinema Paratodos*. Na divulgação dessas atividades coletamos alguns depoimentos infelizes que retratam como a Secretaria de Cultura e Turismo pensa a cultura. Em 1995 o projeto Expresso 2001 teve sete apresentações, buscando deslocar as apresentações artísticas para a periferia e Grande Salvador, objetivando a “**melhoria do padrão sócio-cultural** (grifo nosso) da população”. Em 1996 foi assistido por 300 mil pessoas. O *Cinema Paratodos* (1995) previa a exibição de filmes em bairros que não possuem cinema – quase todos os bairros de Salvador se encaixam nesse grupo - e em centros de cultura no interior com o objetivo de “**eleva o nível cultural** (grifo nosso) dos alunos das escolas públicas de 2º grau”. Desde março de 1996 a *Série TCA Grandes Concertos* busca



“trazer para Salvador atrações que têm em comum o prestígio nacional e internacional, nas áreas da dança, teatro, música erudita e jazz”, o que faz com sucesso. Para o secretário Paulo Gaudenzi “a Bahia, e, particularmente, Salvador - cidade de maravilhosa expressão cultural e artística -, não poderia ficar de fora dos acontecimentos da música, dança e teatro **de alto nível** (grifo nosso)” (TEATRO CASTRO ALVES, 2005).

O importante complexo cultural da Biblioteca Pública do Estado, na capital, foi completamente reformado, incluindo o Espaço Xis (teatro), a Sala Walter da Silveira (cinema), Sala Alexandre Robatto (vídeo) e a criação da Galeria Pierre Verger, no foyer desta última, para exposição de fotografias. A ordem para início das obras, orçadas em R\$2,5 milhões, foi expedida em 1995 e a Biblioteca foi reaberta em 1998. Ainda na área de bibliotecas, uma nova unidade foi inaugurada no bairro do Costa Azul, a Biblioteca Thales de Azevedo, situada ao lado de colégio público de mesmo nome. A Sala do Coro do Teatro Castro Alves também foi reformada, em 1995, e contou com uma apresentação do Balé do TCA na sua reinauguração, dando continuidade à reforma geral do complexo do Teatro Castro Alves, e o Teatro Vila Velha foi reformado em 1996 em parceria com o Ministério da Cultura.

Como pode se apurar pelas ações apresentadas, a FUNCEB teve importante papel na condução das políticas culturais estaduais. Nessa gestão foi presidida pelo administrador José Augusto Burity, que exercia o cargo desde 1991, e que continuaria na gestão seguinte (1999-2002).

### **Formação e pesquisa**

Foi inaugurada em 1997 a nova sede da Escola de Dança da FUNCEB, no Pelourinho, que forma dançarinos funcionando como escola profissionalizante de 2º grau. Esse acontecimento soma importância por ser a única ação permanente voltada para formação em cultura, excluindo-se desse modo as oficinas temporárias realizadas em outros projetos. Não há iniciativas relacionadas à formação de agentes/produtores culturais, indivíduos capacitados a lidar com a organização da cultura.

Em 1995 a SCT anunciava estar preparando a execução de um projeto de mapeamento da cultura do estado que resultaria num banco de dados e na edição do Atlas Cultural Bahia 2000. As atividades tiveram início em 1996, e o levantamento de dados aconteceu até 1998 em 415 municípios baianos através do *I Censo Cultural da Bahia*. Os dados pesquisados abrangiam itens classificados nas seguintes áreas: Entidades e Espaços Culturais, Patrimônio Cultural, Formação Cultural, Manifestações Artísticas e Socioculturais, Serviços e Comércio Culturais, Instituições, Meios de Comunicação, e Eventos. Os resultados foram publicados em diversos volumes entre os anos de 1997 e 1999 divididos por regiões da Bahia, e disponibilizados através de um banco de dados de livre acesso na internet.

## **Patrimônio**

O patrimônio cultural, mais especificamente o patrimônio material histórico-arquitetônico da Bahia desde a primeira gestão da retomada carlista (1991-1994) é um dos grandes destaques da política – não apenas a cultural – desse grupo. Mais que uma tentativa reforma e manutenção do rico acervo arquitetônico do estado, ou de revitalização de uma zona decadente da cidade, as grandes obras executadas pelo Governo na área de patrimônio tinham como fim o embelezamento das cidades para agregar valor ao seu potencial como destino turístico. Dentre as quatro principais ações nessa área listadas nos relatórios de governo, duas apareciam nas páginas dedicadas ao turismo, e não nas de cultura: A pintura da fachada de 269 imóveis na cidade de Lençóis, e a recuperação do patrimônio histórico das cidades de Porto Seguro, Santa Cruz de Cabrália e Belmonte - sendo que estas obras foram financiadas com recursos provenientes do Prodetur.

As duas outras grandes ações foram as reformas da Catedral Basílica e da Igreja de São Francisco, e o fim da quinta etapa do programa de revitalização do Centro Histórico de Salvador e início da sexta etapa. Para dinamizar o “novo” Centro Histórico, a SCT criou em 1995 um programa permanente de “animação cultural e revitalização social”, o *Pelourinho Dia e Noite* fruto de uma ação integrada com o IPAC, a BAHIATURSA e a CONDER. Se caracteriza por levar às praças do Pelourinho atrações locais ou nacionais, iniciantes e consagradas, da música, dança, e teatro, além de performances, recitais de poesia, e recreação infantil.

## **Conclusões**

Quando criada, a Secretaria de Cultura em Turismo dividia sua atuação em três áreas diferentes: Patrimônio, Cultura e Turismo. O patrimônio encontrava-se deslocado da esfera da cultura, o que não só apontava as prioridades da Secretaria para a área de patrimônio, como também demonstrava uma noção antiquada de cultura, o que pode ser visto também em declarações de documentos oficiais como “elevar o nível cultural”. Se essa visão não mudou completamente, evoluiu. Ao menos teoricamente, a Secretaria demonstrava ao fim dessa gestão uma maior compreensão da importância da cultura e das formas como ela é inserida na população, ampliando um pouco a sua visão além da cultura artística.

Poucas iniciativas da SCT nessa gestão se constituíram em verdadeiros exemplos de ações culturais. Se caracterizaram quase sempre como ações de animação cultural, com características de política de eventos, e não de política cultural. As ações começam e terminam num curto espaço de tempo, não evoluem, e não dão à população meios de guiar a sua cultura, criando e executando. “Um processo de ação cultural resume-se na criação ou organização das condições necessárias para que as pessoas inventem seus próprios fins e se tornem assim sujeitos – sujeitos da cultura, não seus objetos”. (JEASON, [196?] apud COELHO NETO, 2004, p.14). O povo, na política cultural da SCT, é um espectador da cultura. Ele a aprecia, mas não se envolve com ela.

## REFERÊNCIAS

AGECOM. Desenvolvido pela Assessoria Geral de Comunicação Social do Governo do Estado da Bahia. Apresenta perfil, discursos e artigos relacionados ao governador. Disponível em: <<http://www.agecom.ba.gov.br>>. Acesso em: 17 abr. 2006.

BAHIA. Lei nº 6.812 de 18 de janeiro de 1995. Cria a Secretaria da Cultura e Turismo, introduz modificações na estrutura organizacional da Administração Pública Estadual e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Salvador, BA, 19 jan.1995.

BAHIA. Governador, 1995- (Paulo Ganem Souto). **Relatório de Atividades 1995**. Salvador, 1996a.

\_\_\_\_\_. Governador, 1995- (Paulo Ganem Souto). **Plano Plurianual 1996-1999**. Salvador, 1996b.

\_\_\_\_\_. Governador, 1995- (Paulo Ganem Souto). **Relatório de Atividades 1996**. Salvador, 1997a.

\_\_\_\_\_. Governador, 1995- (Paulo Ganem Souto). **Relatório de Atividades 1995-1997**. Salvador, v. 1, 1997b.

\_\_\_\_\_. Governador, 1995- (Paulo Ganem Souto). **Relatório de Atividades 1995-1997**. Salvador, v. 2, 1997c.

\_\_\_\_\_. Governador, 1995- (Paulo Ganem Souto). **Relatório de Atividades 1995-1997: Mensagem à Assembléia**. Salvador, 1998a.

\_\_\_\_\_. Governador, 1995-1998 (Paulo Souto), 1998- (César Borges). **Relatório de Atividades 1998**. Salvador, v. 1, 1998b.

\_\_\_\_\_. Governador, 1995-1998 (Paulo Souto), 1998- (César Borges). **Relatório de Atividades 1998**. Salvador, v. 2, 1998c.

\_\_\_\_\_. Lei nº 7.435 de 30 de dezembro de 1998. Dispõe sobre a organização e estrutura da Administração Pública do Poder Executivo Estadual e dá outras providências. **Diário Oficial do Estado**, Salvador, BA, 31 dez. 1998.

\_\_\_\_\_. Censo Cultural. Disponível em: <<http://www.censocultural.ba.gov.br>>. Acesso em: 27 de out. 2005.

CASTELO, José. Cultura. In: LAMOUNIER, Bolívar; FIGUEIREDO, Rubens (Org.). **A Era FHC**. São Paulo: Cultura, 2002. cap.18, p.627-685.

COELHO NETO, José Teixeira. **O que é ação cultural**. São Paulo: Brasiliense, 1989.

\_\_\_\_\_. **Dicionário Crítico de Políticas Culturais**. 3. ed. São Paulo: Iluminuras, 2004.

FERNANDES, Antonio Sérgio Araújo. Agenda internacional de gestão urbana e o caso Ribeira Azul. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 9, n. 39, jun. 2004. Disponível em:

<[http://inovando.fgvsp.br/conteudo/documentos/cadernos\\_gestaopublica/CAD%2039.pdf](http://inovando.fgvsp.br/conteudo/documentos/cadernos_gestaopublica/CAD%2039.pdf)>. Acesso em 26 abr. 2006.

FUNCEB. Desenvolvido pela Fundação Cultural do Estado da Bahia. Apresenta informação institucional, projetos e notícias relativos à FUNCEB. Disponível em:

<<http://www.fundacaocultural.ba.gov.br>>. Acesso em: 08 mai. 2006.

\_\_\_\_\_. Salões Regionais de Artes Plásticas da Bahia. Projeto de circulação interna, não publicado. Salvador: [199?].

\_\_\_\_\_. **Memória da Cultura: 30 anos da Fundação Cultural do Estado da Bahia.**

Salvador: Secretaria de Cultura e Turismo, Fundação Cultural do Estado da Bahia, Empresa Gráfica da Bahia, 2004.

GAUDENZI, Paulo Renato Dantas. **Operário do Turismo: Retalhos de Idéias e Pensamentos.** Salvador: Omar G. Editora, 1999.

MINISTÉRIO DA FAZENDA. **Balanço dos 12 meses do Real.** Brasília, xx [mês] 1995.

Disponível em: <<http://www.fazenda.gov.br/portugues/real/real12.asp>>. Acesso em: 22 jan. 2006.

SAEB. Desenvolvido pela Secretaria da Administração do Estado da Bahia. Apresenta Perfil da Administração Pública do Estado da Bahia. Disponível em:

<<http://www.bahia.ba.gov.br/saeb/perfil99>>. Acesso em 27 abr. 2006.

TEATRO CASTRO ALVES. Série TCA completa 10 anos de grandes espetáculos nacionais e internacionais. Salvador, xx [mês] 2005. Disponível em:

<<http://www.tca.ba.gov.br/05/0503/04seri.htm>>. Acesso em: 12 mai. 2006.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Desenvolvido pelo Tribunal Superior Eleitoral do Brasil. Apresenta informações sobre as eleições brasileiras. Disponível em:

<<http://www.tse.gov.br>>. Acesso em: 17 abr. 2006.

VIEIRA, Mariella Pitombo. **Política Cultural na Bahia: o caso do Fazcultura.** 2004. 240 f. Dissertação (Mestrado em Comunicação) - Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura Contemporâneas da Universidade Federal da Bahia.

WIKIPÉDIA. Desenvolvido pela Wikimedia Foundation. Apresenta conteúdo enciclopédico. Disponível em: <<http://www.wikipedia.org>>. Acesso em: 22 jan. 2006.